

CARTILHA

Como Se Engajar

Combatendo o trabalho
análogo à escravidão,
a desigualdade e
violências de gênero.

modifica

Mulheres Imigrantes Na Costura

CARTILHA

Como Se Engajar

Combatendo o trabalho
análogo à escravidão,
a desigualdade e
violências de gênero.

Copyright © 2017 por Modefica.

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte dessa publicação pode ser reproduzida sem permissão prévia do Modefica.

Para solicitações, escreva para o Modefica com o assunto "Cartilha Como Se Engajar - Solicitação" para contato@modefica.com.br.

Imagens por Alessandra Portilho

modefica

Índice

Introdução

05

Sociedade civil como cidadãos

08

Sociedade civil como consumidores

21

Se você é uma marca, estilista ou empreendedor(a) de moda

24

Confira outras matérias e reportagens sobre trabalho
análogo à escravidão na moda.

30

Mulheres Imigrantes Na Costura



Introdução

O problema do trabalho análogo à escravidão e das desigualdades que permeiam a produção da indústria da moda é bastante complexo e não será resolvido com uma ou outra ação singular. Não há bala de prata e há muito a ser feito se quisermos ver uma indústria realmente diferente. Boicotar determinadas marcas pode fazer sentido, mas há outras ações cruciais que precisam ser tomadas. A principal delas é o fortalecimento das pessoas que estão nas linhas de produção com implementação de legislação e políticas públicas de desenvolvimento e empoderamento social.

Infelizmente, é uma pauta que está sendo deixada de lado por governos em instâncias municipais, estaduais e federais. Na cidade de São Paulo, a prefeitura vigente não se comprometeu totalmente com o tema e, a nível federal, as verbas que garantem maior fiscalização, também estão sendo reduzidas. Isso deixa claro que a sociedade civil precisa se atentar para como o tema está sendo tratado pelos governantes no poder e

costrar medidas capazes de tratar dessas questões, com ainda mais atenção no recorte de gênero.

Esse pequeno PDF, um anexo da nossa reportagem [Mulheres Na Costura: A Cadeia Produtiva de Moda em São Paulo Sobre uma Perspectiva de Gênero](#), é um ponta pé para quem nunca tinha ouvido falar sobre o tema ou para quem não sabe ainda por onde começar a se envolver para possíveis melhoras nas condições de vida e trabalho das mulheres na costura. Esperamos que, com o compartilhamento e o acréscimo de opiniões diversas, ele possa ser livremente aprimorado.

“

**Auto-emancipação é o
único caminho para a
liberdade.**

”

Tansy Hoskins

Mulheres Imigrantes Na Costura



Sociedade civil como cidadãos

Conversamos ao longo desse especial com quatro importantes entidades que, há décadas, combatem o trabalho análogo à escravidão na cidade de São Paulo, estão atentas às questões migratórias e promovendo o empoderamento feminino.

Conheça um pouco dos serviços prestados à comunidade imigrante e como você pode se engajar.

CAMI - Centro de Apoio ao Migrante

Entre os serviços de amparo ao migrante realizados pelo Cami estão: regularização migratória, assessoria jurídica, aulas de português, informática, rodas de empoderamento feminino, aulas de modelagem, oficinas, palestras e festivais para celebrar a cultura latina. Você pode colaborar com doações, organização de trote solidário na sua faculdade, parcerias e voluntariado.

Site: www.camimigrantes.com.br

E-mail: cami.pastoraldomigrante@gmail.com

Tel: (11) 3333-0847

EQUIPE DE BASE WARMIS **Convergência das Culturas**

A equipe de voluntários realiza projetos de tradução da legislação e outros documentos oficiais, dá apoio à saúde da migrante, estimulando a não violência obstétrica contra a mulher migrante, e busca promover a visibilidade e protagonismo da mulher latina em eventos e com o grupo Lakitas Sinchi Warmis.

Site: www.warmis.org

E-mail: contato@warmis.org

MISSÃO PAZ

Além de serviços como atendimento jurídico, psicológico, cursos de capacitação profissional, palestras, eixo saúde e familiar, a Missão Paz abriga, na Casa do Migrante, mais de 100 pessoas e por isso está sempre aberta a doações materiais e monetárias. Muitas vezes, no próprio site, eles anunciam produtos que estão precisando. Você também pode fazer doação online e se voluntariar.

Site: www.missaospaz.org/colabore

E-mail: contato@missaospaz.org

Tel: (11) 3333-0847

SÍ, YO PUEDO

O grupo, alocado na Praça Kantuta todos os domingos, presta serviços de capacitação para migrantes, promove aulas de português, cursos profissionalizantes e auxílio com leis brasileiras. Também promove eventos para celebrar a cultura boliviana, rodas de leitura e mais. Você pode entender mais sobre o projeto e ser um voluntário em diversas frentes.

Facebook: www.facebook.com/ColetivoSiYoPuedo

“

**O futuro depende
inteiramente do que cada
um de nós faz todos os dias;
um movimento são pessoas
se movendo.**

”

Gloria Steinem

Fique de olho em como os deputados, vereadores, senadores, prefeitos, governadores e presidente estão tratando as questões migratórias e de violência de gênero no país.

Nova Lei Da Migração (Lei 13.445/2017)

Recebeu sanção presidencial no dia 24 de abril de 2017. De autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), atual ministro das Relações Exteriores, anula o Estatuto do Estrangeiro, criado na ditadura militar, que considerava o migrante uma ameaça para a soberania nacional. Apesar de ter mais de 20 artigos vetados, entre eles, artigos inteiros, a Lei ainda é considerada um avanço para a melhoria da condição de vida do imigrante. Para o relator do texto, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a antiga lei era defasada e enxergava o migrante como uma ameaça, alguém que somente seria aceito na sociedade se trouxesse vantagens econômicas, sem receber contrapartida pela contribuição ao desenvolvimento do Brasil.

Especialistas destacaram que a nova lei foi construída a várias mãos. Sociedade civil, grupos ativistas, acadêmicos e poder público participaram dos debates. “A Nova Lei da Migração é um avanço e tem como base um olhar para os direitos humanos. Agora também é permitido se associar aos sindicatos, o que permite maior proteção dos direitos dos migrantes trabalhadores e, de alguma forma, permite a participação política – já que o migrante não tem direito ao voto no Brasil. Com a nova Lei também deixamos de ser vistos como uma ameaça à segurança nacional, o que acredito que pode servir como base para no futuro o órgão responsável deixar de ser a Polícia Federal para ser algo como uma Secretaria de Migrações”, destacou Jobana Moya, integrante do coletivo [Warmis – Convergências das Culturas](#).

Os vetos, porém, preocupam por diversos motivos. O primeiro deles, como ressalta Lucia Sestokas, pesquisadora do [Instituto Trabalho, Terra e Cidadania \(ITTC\)](#), é que “todos os vetos, que aconteceram a partir de articulação política, prejudicaram o teor do que estava escrito. Não havia nada de errado ali, foram

vetos puramente políticos”. Deisy Ventura, professora de Direito Internacional e livre docente do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da USP também destaca esse ponto: “O primeiro grande prejuízo, não apenas à lei, mas ao nosso país, é constatar que certas corporações e grupos políticos encontraram na Presidência da República, por meio do uso deturpado do poder de veto, um espaço para obter aquilo que não conseguiram durante o processo legislativo. Um dos que mais me chocou foi o relativo ao acesso à saúde, já que o acesso universal aos serviços de saúde é matéria constitucional. A justificativa demonstra o quanto é limitada e anacrônica a visão de segurança do atual governo federal, pois a saúde dos migrantes ou de qualquer pessoa de passagem pelo território nacional é do interesse dos próprios brasileiros.”

Para os imigrantes e conseqüentemente para a sociedade brasileira, “os vetos do Presidente Michel Temer desfiguraram a lei e a tornaram contraditória. Ao mesmo tempo em que ela se apresenta como uma norma protetiva dos direitos dos migrantes, diversos dispositivos capazes de prover

efetivamente essa proteção foram retirados. A justificativa dos vetos reproduz mitos sobre migrações que já foram destorcidos por estudos da maior seriedade elaborados nas melhores instituições de pesquisa do mundo”, afirma a professora.

Jobana Moya lembra que “alguns vetos, em especial o do artigo 118, preocupam. Este artigo concederia autorização de residência aos imigrantes ingressantes no território nacional até 6 de julho de 2016. O que acontece é que muitos imigrantes que, por diversos motivos, não estão com a situação regularizada, ficam num limbo, sem opções para mudar essa situação. Isso os deixa à margem de direitos e expõe, por exemplo, mulheres e crianças a todo tipo de violência e exploração”.

“O importante agora é ficar de olho na regulamentação e aplicação da Lei, quando os pormenores serão estabelecidos e a real oportunidade de avaliar os avanços e retrocessos. Apenas para dar um exemplo, é quando veremos se o visto ficará mais barato e menos burocrático. Ainda tem muita luta pela frente”, destaca Lucia.

Aspas retiradas da matéria do Portal do Aprendiz, do Uol:

<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2017/06/02/apesar-de-vetos-nova-lei-da-migracao-e-um-avanco-para-migrantes-brasil>

Documento final:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=25/05/2017>

Outras fontes:

<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos>

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/05/16/12-perguntas-e-respostas-sobre-nova-lei-de-migracao>

“

**Você não simplesmente
vota com o seu bolso; você
também vota com o seu voto.**

”

Maya Singer

Lei da terceirização (Lei 13.429/2017)

Sancionada pelo presidente Michel Temer em 31 de março de 2017, o projeto que libera a terceirização irrestrita da mão-de-obra, foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 22 de março de 2017. O entendimento firmado pela Justiça era de que a terceirização só era permitida para a chamada atividade-meio, não podendo atingir a atividade-fim de uma empresa.

De autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO), a nova legislação legalizaria a contratação de prestadoras de serviços para executarem atividades-fim em uma empresa, e não apenas as secundárias (limpeza, segurança, manutenção), como ocorre hoje. A Lei da Terceirização passa a valer para qualquer cargo na empresa, até mesmo os seniors.

A aprovação da então PL 4302/98 se deu por 231 votos a favor e 188 contra. Apenas PT, PDT, PCdoB, PSOL, Rede e PMB orientaram voto contra a terceirização total. Todos os partidos da base aliada de Temer, a começar por PMDB e PSDB, votaram a favor do texto. Votos favoráveis afirmam que

o projeto de terceirização gera empregos e possibilita maior dinamismo às empresas.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei em junho deste ano. Argumentando risco social, Janot pede que o STF conceda liminar para suspender imediatamente os efeitos da lei da terceirização. Para o PGR, a lei abre espaço para que milhares de postos de emprego direto sejam substituídos por locação de mão-de-obra temporária e terceirizada, “com precaríssima proteção social”.

“À empresa tomadora torna-se factível utilizar permanentemente o trabalho temporário em todas as suas atividades intermitentes, periódicas ou sazonais, apenas administrando rodízio de contratos com o mesmo trabalhador”, argumenta Janot.

Citando dados do Ministério do Trabalho, o PGR afirma, ainda, que a terceirização muitas vezes é um meio de submeter o trabalhador a condições “análogas à escravidão”.

“Não é incomum uso de terceirização como veículo de explorar trabalho em condições análogas à escravidão”, diz Janot.

Nas dez maiores operações de combate ao trabalho escravo realizadas pela pasta de 2010 a 2013, 84,3% dos trabalhadores estavam subcontratados em regime de terceirização, afirma o PGR no documento*.

Roque Patussi, diretor do Cami e um dos entrevistados em nossa reportagem, aponta como as mulheres imigrantes ficam ainda mais vulneráveis: “Nós trabalhamos com quem é terceirizado e vemos a mulher que vai ter o bebê, uma semana depois ela tem que estar de volta para máquina, porque se não trabalhar ela não come”.

“A diferença de gêneros deve aparecer menos em setores mais qualificados. Porém, a questão cultural da desigualdade pesa muito mais nos setores com menor qualificação profissional, vide a fala do deputado Oliveira”, expõe Celina Ramalho, economista da Comissão de Educação do Conselho Federal de Economia (Cofecon) ao site [Finanças Femininas](#). Celina se refere à declaração do relator do projeto, o deputado

federal Laércio Oliveira (SD-SE), que afirmou que a maioria dos trabalhadores no país do setor de asseio e conservação é do sexo feminino porque “ninguém faz limpeza melhor do que a mulher”. “Esse tipo de declaração que apenas reforça estereótipos de gênero reflete aquilo que já sabemos: que os impactos mais nefastos da terceirização irrestrita cairão sobre os ombros das mulheres mais vulneráveis, que contarão com condições ainda piores de trabalho, preferencialmente em áreas que as mantenham na sua função social e reprodutiva”.

*Trecho retirado de [artigo da Carta Capital](#).

Saiba Mais:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-03/entenda-o-projeto-de-lei-da-terceirizacao-aprovado-pela-camara>

<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/2017-cna-escravidao-o-trabalhador-era-vendido-na-terceirizacao-ele-e-alugado2017>

<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/06/22/terceirizacao-da-atividade-fim-e-o-fim-da-terceirizacao>

Mulheres Imigrantes Na Costura



Sociedade civil como consumidores

Como uma plataforma especializada em moda e consumo, entendemos que o consumo consciente tem um papel bastante restrito na geração de mudanças significativas. Então, mais do que deixar de comprar ou deixar de comprar de determinadas marcas, é importante questionarmos os modelos de negócio de todas as empresas - principalmente as grandes corporações. Precisamos de mais transparência, mais ação e responsabilidade por parte das marcas e de uma disposição para transição para novos modelos de negócios. Fale, questione, exponha. Mandar emails e organizar abaixo-assinados endereçados às empresas é uma forma muito mais efetiva de se fazer ouvir do que simplesmente não entrar em suas lojas. Isso vale para todas as marcas, de todos os preços e todos os tamanhos.

Saiba Mais:

<http://www.modifica.com.br/a-insurreicao-das-roupas-e-hora-de-assumir-as-responsabilidades-da-cadeia-de-producao>

<http://www.modifica.com.br/tansy-hoskins-moda-industria-etica>

<http://www.modifica.com.br/por-que-a-moda-sustentavel-nao-e-realmente-possivel-se-nos-nao-repensarmos-o-sistema>

<http://www.modifica.com.br/papel-consumo-consciente>

<https://www.theguardian.com/environment/true-north/2017/jul/17/neoliberalism-has-conned-us-into-fighting-climate-change-as-individuals>

“

O ‘consumo verde’ pode ser um passo que nós, coletivamente como sociedade, precisamos tomar se quisermos mudar fundamentalmente o modo como nos enxergamos, nossa noção de trabalho e nosso sistema econômico e social, se quisermos mudar o modelo atual de hiperconsumo.

”

Kendra Pierre Louis

Mulheres Imigrantes Na Costura



Se você é uma marca, estilista ou empreendedor(a) de moda

Muito se é debatido sobre como quebrar esse ciclo viciante de produção e consumo desenfreado na sociedade capitalista atual em que vivemos. É um tema bem complexo e profundo. Aqui, vamos pincelar algumas questões que precisam ser colocadas na mesa para reflexão e debate, principalmente entre as marcas de moda que estão em busca de quebrar com os modelos tradicionais da indústria.

Horizontalidade

O estilista Renan Serrano vem articulando sua empresa de forma a quebrar essa hierarquia trabalhista. Após ir estudar arquitetura no Japão em 2015, Renan, que é dono da marca de roupas sem gênero Trendt, voltou ao Brasil com novas ideias sobre ética e eficiência para aplicar em seu negócio. Ele dispensou todos os funcionários da antiga fábrica, que ficava

entre o Bom Retiro e Brás, em São Paulo, e dividiu o maquinário em três setores: de modelagem, confecção e estamparia, doando-os ao gerente de cada área, que puderam montar suas próprias oficinas de costura. Renan começou a pôr em prática a chamada sociedade horizontal, no qual a hierarquização de cargos não acontece. Na sociedade horizontal, que ele defende como um meio de combater os abusos cometidos por empresas de moda, os trabalhadores têm maior autonomia e a dinâmica da empresa é feita de outra forma.

Para Julia Toro, do Instituto Ecotece, responsável por aproximar marcas de grupos produtivos, é imprescindível balancear as relações de poder na cadeia de produção, além de descentralizar renda. Para a moda, isso significa, por exemplo, que estilistas, costureiros, modelistas e afins devem trabalhar de maneira mais próxima, inclusive na parte de criação dos produtos, que normalmente fica a cargo apenas do estilista, designer ou equipe de estilo. O desequilíbrio nas relações de poder reflete inevitavelmente na menor distribuição de renda. Quando pessoas são remuneradas

apenas como ‘peças’ de uma linha de produção, o capital humano e criativo é desvalorizado.

Ressignificação do trabalho

Para caminharmos rumo a uma moda criativa, descentralizada e sustentável, é importante entendermos também a necessidade da resignificação do trabalho. Um trabalho exaustivo e que acarreta danos à saúde física como a costura, precisa ser imbuído com significado. A estilista Flávia Aranha é um dos nomes que tenta resgatar os saberes têxteis que estão se perdendo e são cada vez menos valorizados por meio da valorização desse conhecimento manual. Outro projeto, a Artesol, tem uma missão parecida: promover e valorizar o artesanato de tradição brasileiro e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico dos artesãos.

Fundadora do Ethical Fashion Forum/MySource e promotora da moda sustentável há 10 anos, Tamsin Lejune lembra que não basta pensarmos em melhores condições de trabalho – principalmente em tempos de avanço na tecnologia de produção

de produtos de moda automatizada – precisamos pensar em trabalho com significado e isso significa incentivo de capacitação das pessoas para trabalhos técnicos, manuais e criativos.

Engajamento social

As marcas precisam ser cada vez mais engajadas, expandindo sua responsabilidade para além da geração de emprego. E isso não significa fazer campanhas de marketing filantrópico – em esquemas compre um doe outro que nada ajudam, de fato, no empoderamento social e econômico das pessoas. Educação, capacitação, distribuição de lucros, apoio ao desenvolvimento familiar dos funcionários, envolvimento com projetos de desenvolvimento social por meio do trabalho, incentivo e desenvolvimento de jovens aprendizes, responsabilidade com equidade de gênero e raça são algumas das medidas que podem ser tomadas por marcas que queiram ser mais responsáveis e sustentáveis.

Saiba Mais:

<http://www.modifica.com.br/entre-criacao-e-costura-fast-fashion-producao-em-massa-e-trabalho-com-significado>

<https://www.linkedin.com/pulse/como-gerar-empregos-na-quarta-revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial-magalhaes-phd>

https://motherboard.vice.com/en_us/article/ev4n3j/the-case-for-letting-robots-make-our-clothes

<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jul/18/cope-capitalism-failed-factory-workers-greek-workplace-control>

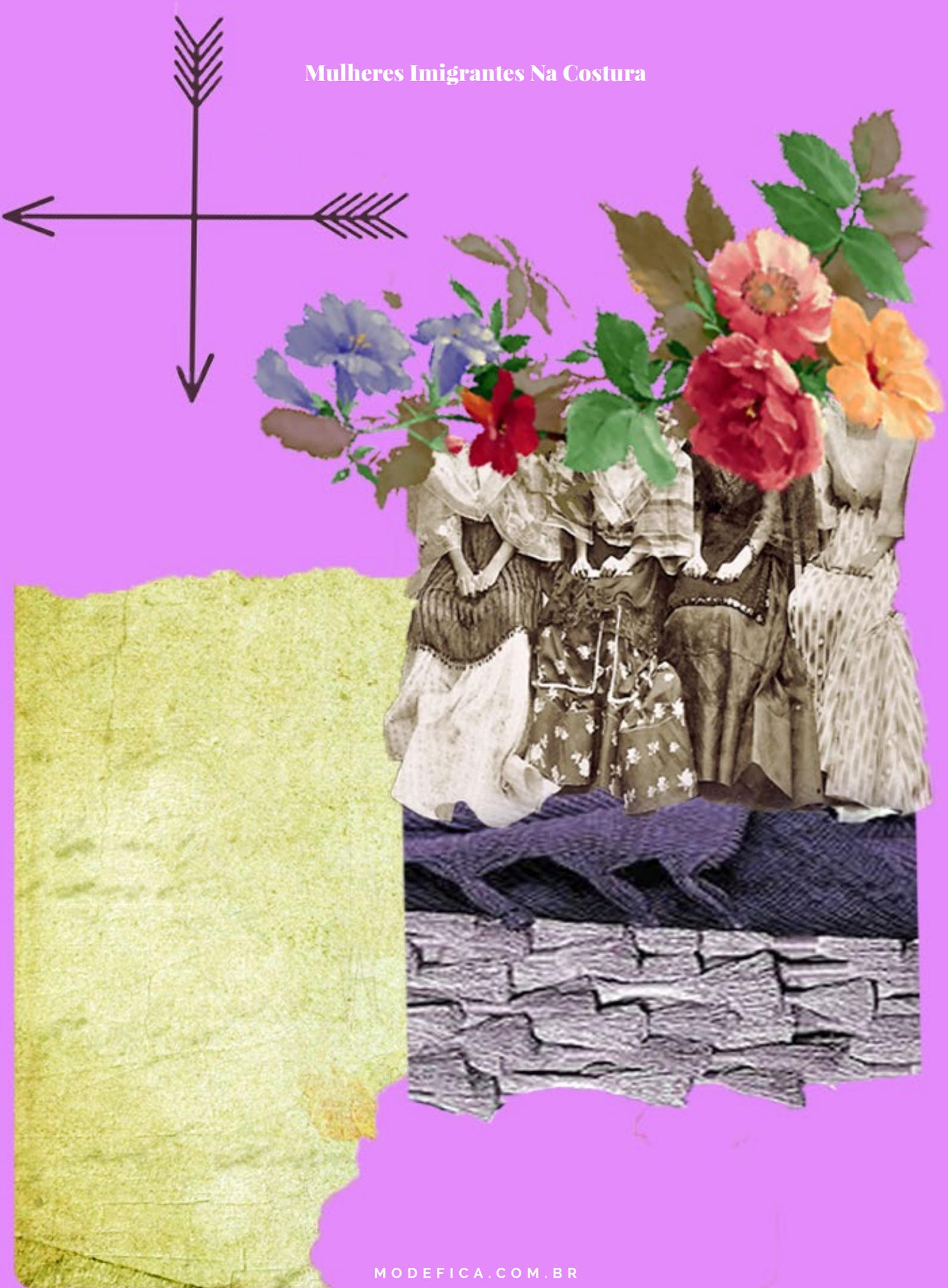
“

Nós podemos ter chegado aqui em diferentes navios, mas agora estamos todos no mesmo barco.

”

Betsy Rose

Mulheres Imigrantes Na Costura



Confira outras matérias e reportagens sobre trabalho análogo à escravidão na moda

<http://www.aljazeera.com/programmes/latin-america-investigates/2016/12/brazil-slaves-fashion-161229063654192.html>

<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2016/06/escravos-da-moda-os-bastidores-nada-bonitos-da-industria-fashion.html>

<http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/bolivianas-em-sao-paulo-escravas-da-moda&page=0,1>

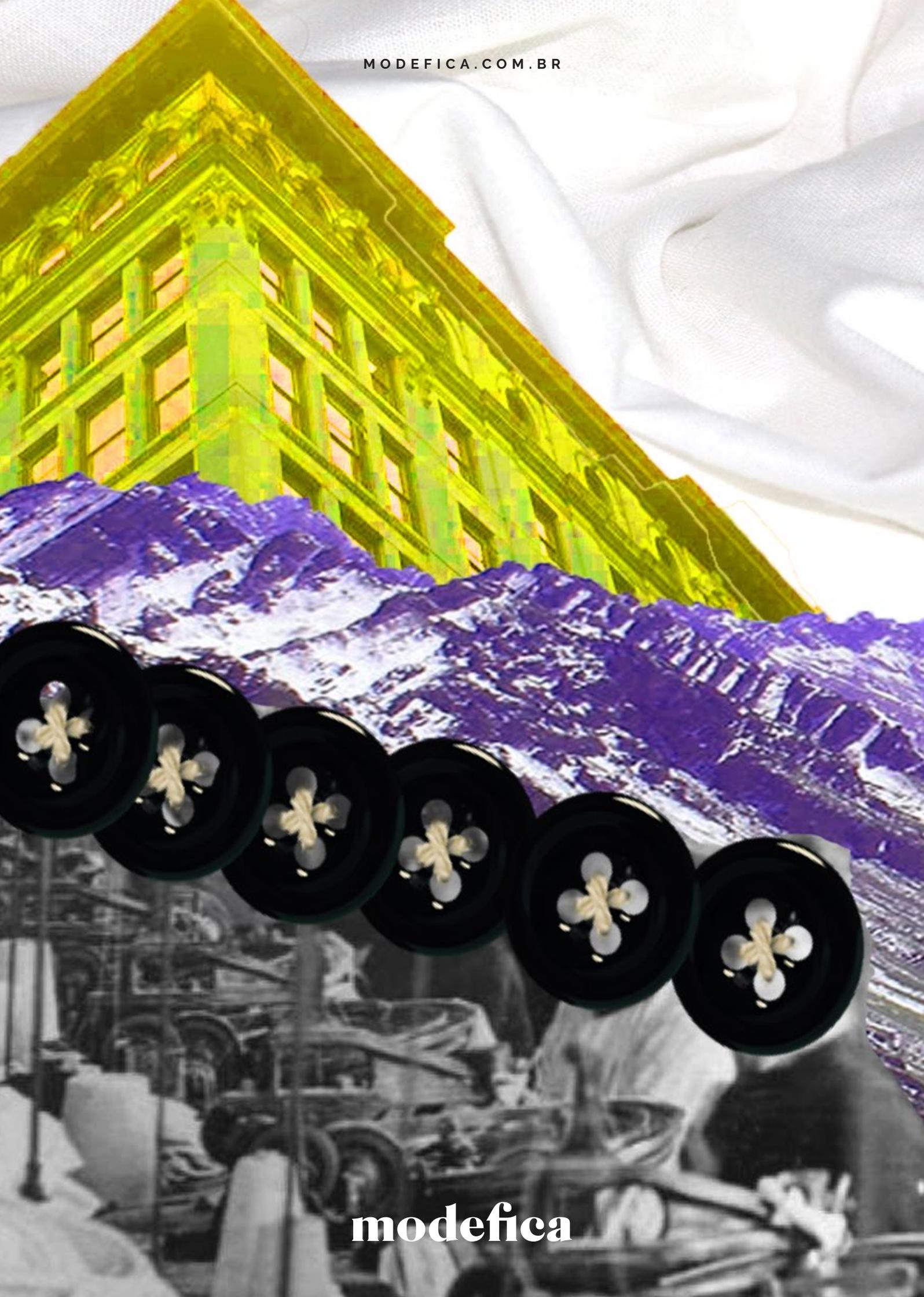
http://reporterbrasil.org.br/documentos/nas_costuras_do_trabalho_escravo.pdf

<http://historiaincomum.com.br/imigrante-entre-a-costura-e-o-carcere-2>

http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Fast-Fashion_VFinal.pdf

<http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2015/05/Reporter-Brasil-web-P.pdf>

MODEFICA.COM.BR



modifica